

Turismo e Gestão Ambiental na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, Pará

Tourism and Environmental Management at the Extractive Reserve Marinha Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brazil

Pablo Vitor Viana Pereira¹

Lione das Neves Trindade²

Débora Rodrigues de Oliveira Serra³

Resumo - O artigo teve como objetivo principal analisar a relação entre a gestão ambiental e a possibilidade do desenvolvimento do turismo na comunidade da vila de Mutucal, localizada na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá-PA, considerando a interação entre comunidade local e o meio ambiente, fator importante para a conservação dos recursos naturais, o que pode se dar a partir de um manejo adequado da paisagem natural associado ao desenvolvimento da atividade turística. Para tanto, foram realizadas pesquisa bibliográfica, bem como trabalhos de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas e utilização de diário de campo. Como resultado, constatou-se que o turismo pode ser uma alternativa viável, social e ambientalmente, para a área analisada, pois ela apresenta um potencial turístico significativo e grande parte dos moradores mostrou-se interessada em desenvolver esta atividade. Todavia, são necessários organização, planejamento e qualificação da comunidade.

Palavras-chave: Turismo; RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá; Gestão Ambiental.

Abstract - This paper aimed to analyze the relationship between the environmental management and the possibility of tourism development at the Community Vila Mutucal, located at the RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá-Pará, Brazil, considering the interaction between the local community and the environment, highlighting the environmental management as an important factor for the protection of natural resources, which can be based on the proper management of the natural landscape associated to the tourism activity development. For this purpose, surveys and bibliographic analyzes were performed, as well as field research, with the application of semi-structured interviews and the use of a field diary. As the result, it was found that tourism can be a socially and

¹ Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharelado em Turismo pela UFPA. Professor da Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará (EETEP). E-mail: pablo.viana28@gmail.com

² Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: lionentrindade@gmail.com

³ Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal do Maranhã (UFMA). Professora do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). E-mail: debserra1980@hotmail.com

environmentally viable alternative for the analyzed area, since it has a significant tourism potential and most of the residents were interested in developing this activity. However, community organization, planning and qualification are required.

Keywords: Tourism; RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá; Environmental Management.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo abordou a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mãe Grande de Curuçá, unidade de conservação (UC) localizada no município de Curuçá, na microrregião do Salgado, nordeste Paraense. Toda a área da RESEX se destaca pelo rico ecossistema de mangue, ilhas, igarapés, furos e praias, e é composta de extensas áreas com ambientes naturais preservados.

Tendo como principal objetivo analisar a relação entre o turismo e a gestão ambiental, a escolha da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá como objeto de estudo se deu por ser uma das mais importantes unidades de conservação localizadas na costa amazônica e por apresentar um potencial turístico relevante. Todavia, dada a sua dimensão, utilizou-se como recorte para a análise a Comunidade da Vila de Mutucal localizado na referida RESEX, a qual se destaca por apresentar um potencial para o turismo em áreas naturais.

Considerando que o turismo é uma alternativa viável na conservação de áreas protegidas quando desenvolvido com base na organização e no planejamento sobre os recursos naturais, verifica-se a importância da gestão ambiental nesse processo, visto que ela é essencial para o manejo e a conservação dessas áreas. Destaca-se, ainda, a necessidade da gestão participativa, a qual envolve a comunidade local, os órgãos públicos e a iniciativa privada, buscando conciliar os objetivos da conservação e da administração da UC com o modo de vida da população tradicional, promovendo a inclusão social e abrindo espaço para a participação e o envolvimento destas com as tomadas de decisão referentes às áreas protegidas.

Nesse sentido, foi necessária uma abordagem sobre a contextualização histórica e política das reservas extrativistas (RESEX), haja visto que o objeto dessa política é, dentre outros, conter o desmatamento, conservar os recursos naturais, além dos modos de vida das populações extrativistas. Entretanto, as discussões acerca da gestão ambiental tornam-se preponderantes sobre a problemática ambiental e, sobretudo, sobre a gestão dos recursos naturais, questão bastante pertinente e preocupante para sociedade. Outro ponto tratado foram as perspectivas de turismo em unidades de conservação, que apesar de estratégico para a conservação ambiental, deve ter um caráter educativo e de respeito às populações residentes (RUSCHMANN, 1997).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS (RESEX)

A criação do modelo de RESEX foi fruto de uma mobilização dos seringueiros da Amazônia, liderados por Chico Mendes, que desempenhou um importante papel como líder sindical e ambiental na luta das questões fundiárias e na defesa da floresta, constantemente ameaçado pelos fazendeiros que vinham se instalando nas áreas onde predominavam os seringais. O movimento dos seringueiros se organizou e criou uma estratégia que foi denominada como “Empate”, ação que visava impedir ou “empatar” a derrubada de árvores, passando a ser uma forma de resistência dos seringueiros à expulsão de suas posses. O primeiro empate ocorreu em março de 1976 e foi a partir dessa iniciativa que se deu a organização do primeiro Sindicato no Acre e, sobretudo, da tomada de consciência sobre seus direitos de posse, assegurados pelo Estatuto da Terra (ALLEGRETTI, 2002).

A proposta de RESEX foi oficialmente apresentada no I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília, no ano de 1985. Anteriormente, porém, a primeira discussão sobre a ideia de criação de uma reserva extrativista ocorreu em um encontro preparatório em Rondônia, organizado pelo Sindicato dos Seringueiros do Acre, que se articulava com outros sindicatos da Amazônia pelo fato dos seringueiros não aceitarem o modelo tradicional de colonização adotado na região (ALLEGRETTI, 2002).

A partir do referido encontro nacional, em Brasília, a causa dos seringueiros ficou conhecida, assim como a proposta de criação das RESEX, consolidando-se e fortalecendo-se ainda mais com as alianças feitas com o movimento ambientalista internacional, intermediada por Chico Mendes. De acordo com Allegretti (2008), o evento trouxe resultados significativos ao movimento dos seringueiros, proporcionando verdadeiras mudanças quanto ao futuro da Amazônia, como a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e a formulação da proposta de criação do modelo de RESEX, ideia inovadora para solucionar as questões fundiárias. Os seringueiros perceberam que seria mais viável criar uma reserva extrativista, inspirado no modelo de reserva indígena, que já era protegida pelo governo.

Foram cinco anos de conquistas e recuos em um cenário complexo do ponto de vista institucional e político, pelo fato da proposta extrapolar a esfera local e seus protagonistas tradicionais e requerer articulações nacionais para se efetivar (ALLEGRETTI, 2002, p. 256).

É importante destacar que o movimento dos seringueiros enfrentou uma intensa batalha até a efetivação da proposta da RESEX, pois nunca se imaginou que uma ideia surgida em um encontro de seringueiros ganharia contornos tão grandes e uma expressiva visibilidade dentre várias entidades que passaram a conhecer e apoiar a causa. As RESEX destacam-se como uma experiência originalmente brasileira, no qual houve todo um contexto histórico para sua implementação enquanto instrumento de uma política ambiental, como demonstra Cunha e Coelho (2008, p. 71):

As Reservas Extrativistas (RESEX) enquanto política ambiental do governo federal, implementada pelo IBAMA por meio do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNTP), foram criadas em 1990 pelo Decreto 98.897 e passaram a integrar o Programa Nacional de Meio Ambiente. Na prática, eram o desdobramento de uma ação pública já iniciada em 1987 com a criação dos projetos de assentamento extrativista no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, sob tutela do Instituto Nacional de Colonização (INCRA).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades Conservação (SNUC) as RESEX fazem parte da categoria do grupo das unidades de uso sustentável. Elas são áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivo básico proteger os meios de vida e as culturas dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2004).

Conforme Figueiredo (2007), essas áreas devem ser geridas por um Conselho Deliberativo constituído por representantes de órgãos públicos, de organização da sociedade civil e das populações tradicionais residentes. São permitidas em tais áreas a visitação e a pesquisa científica, desde que estejam de acordo com o plano de manejo e a autorização prévia do órgão responsável por sua administração.

Quanto ao tipo de RESEX, podem-se destacar as Reservas Extrativistas Marinhas (REM), que se constituem em áreas litorâneas, isto é, “seu território integra além das áreas de florestas de terra firme, áreas marinhas e áreas que ficam entre a terra e o mar, conhecidas como estuário, onde encontram-se os manguezais” (FIGUEIREDO, 2007, p.

38). Ainda de acordo com a autora, o número de RESEX sendo marinha ou não, vem crescendo nos últimos anos na região Norte.

Atualmente o Estado do Pará conta com 12 (doze) Reservas Extrativistas (RESEX) Marinhas conforme o quadro 1:

QUADRO 1: RESEX MARINHAS NO ESTADO DO PARÁ

RESEX	MUNICÍPIO
RESEX Marinha de Soure	Soure
RESEX Marinha Mãe Grande	Curuçá
RESEX Marinha Caeté Taperapu	Bragança
RESEX Marinha de Tracuateua	Tracuateua
RESEX Marinha Maracanã	Maracanã
RESEX Marinha Chacoaré Mato Grosso	Santarém Novo
RESEX Marinha São João da Ponta	São João da Ponta
RESEX Marinha Mocapajuba	São Caetano de Odivelas
RESEX Marinha Mestre Lucindo	Marapanim
RESEX marinha Cuinarana	Magalhães Barata
RESEX Marinha Araí-Peroba	Augusto Correa
RESEX Marinha Gurupi-Piriá	Viseu

FONTE: Trindade (2017)

As Reservas Extrativistas Marinhas (REM) são subcategoria das Reservas Extrativistas, sendo a Reserva Extrativista Marinha (REM) de Pirajubaé, localizada no Estado de Santa Catarina, a primeira a ser criada no Brasil, no ano de 1992 (CHAMY, 2008). Essas áreas são consideradas um espaço de uso comum, utilizadas principalmente por pescadores artesanais que exploram os recursos de forma comunitária, de modo que seus direitos consuetudinários sobre esses territórios marinhos são reconhecidos.

3 GESTÃO AMBIENTAL

As discussões sobre a problemática ambiental e, sobretudo, sobre a gestão dos recursos naturais, têm sido uma questão pertinente e preocupante entre as sociedades, devido ao uso excessivo e descontrolado destes recursos que, por sua vez, vem ocasionando uma crise ambiental, motivado pelo intenso e rápido crescimento global. Com isso, é possível perceber que a ideia de um modelo de desenvolvimento sustentável vem sendo fomentada devido à preocupação com o esgotamento dos recursos naturais e

a debilitação dos processos vitais para a estabilidade do ecossistema planetário (GUIMARÃES, 2001).

Esse paradigma de desenvolvimento configura-se como um dos principais desafios na tomada de decisões econômicas e políticas, esse despertar para a sustentabilidade, que teve origem no debate iniciado em Estocolmo, em 1972, e consolidado 20 anos mais tarde no Rio de Janeiro durante a ECO-92. Logo, a sustentabilidade não se limita apenas às questões ambientais. Ela está relacionada a questões sociais, principalmente, nos países periféricos, onde as desigualdades e exclusões sociais são bastante marcantes. Conforme Guimarães (2001), o paradigma da sustentabilidade postula igualmente a preservação da diversidade em seu sentido mais amplo, a sociodiversidade.

É a partir desse paradigma que a gestão ambiental se torna importante, quando ela passa a ter o mecanismo da administração sobre recursos ambientais. De acordo com Rodriguez (2016, p.141):

A Gestão Ambiental propriamente dita é o processo que inclui o planejamento, monitoramento, o licenciamento, a fiscalização e a administração visando o cumprimento das normas de qualidade ambiental e a incorporação da dimensão ambiental a todo esforço econômico e social, objetivando através de uma ampla gama de instrumentos administrativos, econômicos e jurídicos.

Observa-se que, a partir da gestão ambiental, é possível identificar os instrumentos de controle dos problemas ambientais, além de possíveis soluções para minimizar e mitigar os impactos das ações antrópicas sobre o meio ambiente, haja visto que ela se torna um importante mediador de conflitos entre diferentes atores sociais e sua relação com o meio ambiente e da forma como estes agem sobre o meio físico-natural (QUINTAS, 2006).

Vale ressaltar que no artigo 225 da Constituição Federal é assegurado que todos tenham “[...] direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Contudo, para garantir e assegurar a efetividade deste princípio cabe ao poder público um importante papel de realizar ações de diferentes diretrizes, a partir de órgãos governamentais ligados ao meio ambiente, a exemplo, da educação ambiental, proteção de diversos biomas, ecossistemas e entre outras atuações (QUINTAS, 2006).

A Constituição estabelece algumas diretrizes para o fomento das políticas ambientais. Conforme Floriano (2007), essas políticas podem ser classificadas como públicas e privadas, tendo abrangência de políticas internacionais, federais, estaduais, municipais. Ele destaca o conceito de gestão ambiental pública, citado no Seminário, sobre a atuação do educador no processo de gestão ambiental, realizado em Brasília no ano de 1995. Nesse sentido, o autor destaca que a:

Gestão ambiental pública é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também, como se distribuem na sociedade os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes (FLORIANO, 2007, p.2).

É notório que a gestão ambiental pública não se restringe apenas à gestão dos recursos naturais, mas, sobretudo, às situações que envolvem conflitos de interesse, desempenhando um importante papel de mediação e propondo soluções em diferentes conflitos sociais, referentes às questões ambientais. A gestão ambiental, juntamente com o planejamento, são peças fundamentais para o fomento da política ambiental, sendo esta uma importante política pública, visto que necessita de ações efetivas e coordenadas, de Estado e de governo, além da participação de outros atores sociais. Não se pode pensar em gestão ambiental sem a participação do Estado, e principalmente da sociedade civil. É importante que a parceria poder público e sociedade aconteça e seus objetivos se complementem, visando a um processo participativo e de compromisso com a proteção ambiental.

4 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O turismo é uma atividade que tem se desenvolvido em áreas naturais, sendo considerada uma estratégia para promover a conservação ambiental. Nesse sentido, é importante destacar o ecoturismo, segmento do turismo, que surgiu com a preocupação de conservar os recursos naturais e culturais, voltando-se totalmente para a natureza.

O ecoturismo pode ser descrito como um turismo interpretativo de mínimo impacto, discreto, em que busca a conservação, o entendimento e apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas. Trata-se de uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência externa a uma

motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e/ou cultural por meio da visita a área e a vivência nela (WEARING; NEIL, 2001, p.5).

O termo ecoturismo ainda é muito amplo, havendo vários significados que se enquadram nessa atividade como, “turismo ecológico”, “turismo de natureza”, “turismo sustentável” e entre outros. Porém, há uma diversidade de conceitos para a compreensão dessa atividade que, sobretudo envolve ser humano e natureza.

De acordo com o SNUC, o turismo é uma das atividades permitidas em algumas categorias de UCs. Segundo a lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, essa atividade pode “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000, p.7). Sendo assim, é possível perceber que, devido à conscientização com as questões ambientais, surge um novo turista, que está em busca de mais contato com o meio natural e que deseja uma viagem mais responsável e ambientalmente mais correta, diferente do turismo convencional. Ou seja, esse tipo de turismo pode despertar novos olhares, vivências, conhecimentos e experiências únicas, que proporcionem uma maior proximidade com a natureza e a comunidade local.

Nas primeiras práticas de turismo, por exemplo, não havia essa preocupação com as questões ambientais. A atividade visava apenas o lucro. Porém, devido às inquietações com a crise ambiental e o esgotamento dos recursos naturais, houve um despertar sobre o turismo enquanto prática que possibilita valorizar e proteger o meio ambiente (NEIMAN; PATRICIO, 2010).

O turismo em UCs é uma alternativa de desenvolvimento sustentável, desde que seja planejado de forma adequada, contribuindo para diminuição da exploração dos recursos florestais. O turismo também pode auxiliar na proteção e manejo dos recursos naturais, e ser uma fonte de renda para as comunidades envolvidas.

As UCs são ambientes adequados para desenvolver ações que formem um cidadão mais consciente de suas responsabilidades e que atue de forma mais participativa e articulada em questões ambientais. Os parques nacionais, por exemplo, permitem que sejam desenvolvidas atividades de recreação e turismo, o que tem colaborado para o crescimento do número de visitantes a essas áreas. Em 2000, cerca de 1,9 milhão de pessoas visitaram parques nacionais e, em 2005, os visitantes somaram quase 3 milhões. (NEIMAN; PATRICIO, 2010, p.86).

É pertinente destacar algumas experiências de turismo em UCs, tais como as da RESEX de Cazumbá-Iracema, no estado do Acre, em que foi desenvolvido o ecoturismo de forma embrionária, com o plano de desenvolvimento turístico, buscando tornar-se uma alternativa econômica, tendo sido implantada, no ano de 2002, a sua primeira pousada (MORAES; IRVING, 2013). Outra experiência é a da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, localizada no Rio Solimões, sendo esta a pioneira em aliar o conceito de desenvolvimento sustentável ao de turismo, tendo suas atividades operadas pelas comunidades em parceria com ONGs (POLES; RABINOVICI, 2010).

Por isso, as atividades turísticas em UCs devem ter um caráter educativo, estimulando as práticas conservacionistas, respeitando as populações residentes dessas áreas, minimizando o máximo possível os impactos negativos. Conforme Ruschmann (1997), ao relacionar turismo e meio ambiente, é possível perceber vários aspectos restritivos, pois esses fatos devem ser observados nas diretrizes públicas e em outras ações e estratégias de planejamento e gestão do ecoturismo, sendo essas as premissas que devem nortear as atividades turísticas em áreas naturais. Logo, vale destacar o turismo como uma alternativa viável para o desenvolvimento de muitas comunidades, principalmente como uma atividade complementar, ou seja, “o turismo pode auxiliar na diminuição da pressão sobre os recursos naturais explorados, gerando renda sem se utilizar diretamente dos recursos naturais da área” (RIBAS; ZUCULOTO, 2012, p. 398). Porém é essencial que os gestores de áreas protegidas incentivem a comunidade local, contribuindo por meio de cursos, oficinas, entre outros processos de planejamento e gestão para esse tipo de atividade.

5 METODOLOGIA

Essa pesquisa teve como base metodológica a pesquisa bibliográfica e de campo, sendo que a pesquisa bibliográfica consistiu na consulta de artigos científicos, livros, teses e dissertações que deram embasamento para as discussões em torno de categorias como: unidade de conservação, gestão ambiental e ecoturismo. Nessa perspectiva, entende-se que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida, “a partir de material já elaborado: livros e artigos científicos. Embora existam pesquisas apenas bibliográficas, toda pesquisa requer uma fase preliminar de levantamento e revisão da literatura” (DENCKER, 1998, p. 152).

Para esse estudo foram adotados procedimentos a partir da pesquisa qualitativa que, segundo Minayo (1993), caracteriza-se pela análise dos valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Ou seja, a pesquisa qualitativa ajuda a desvendar os significados, anseios e costumes do objeto de estudo.

No período de 16 a 18 de março de 2017 foi realizada a pesquisa de campo na comunidade da Vila de Mutucal, que faz parte da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, onde foram aplicados roteiros de entrevista, com a finalidade de verificar a opinião dos moradores referentes a paisagem local, a atividade turística e a gestão ambiental. Foram entrevistadas 30 pessoas, distribuídas entre lideranças comunitárias, pescadores, agricultores, entre outros atores sociais.

Durante a pesquisa de campo, utilizou-se como técnica para obtenção de informações a entrevista semiestruturada, pois, com ela, o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, ao mesmo tempo em que permite respostas livres e espontâneas do informante e valoriza a atuação do entrevistador.

Além da entrevista semiestruturada, foi utilizado o diário de campo, com anotações de tudo que foi observado, fazendo-se, também, o registro de imagem, através de fotografias, utilizando técnicas da antropologia visual, o que permite trabalhar com as tecnologias fotográficas e vídeos, a fim de registrar maiores informações possíveis. A antropologia visual foi de extrema importância para o desenvolvimento desse trabalho, pois possibilitou mostrar através das fotografias os resultados visuais do campo (KIRST, 2000).

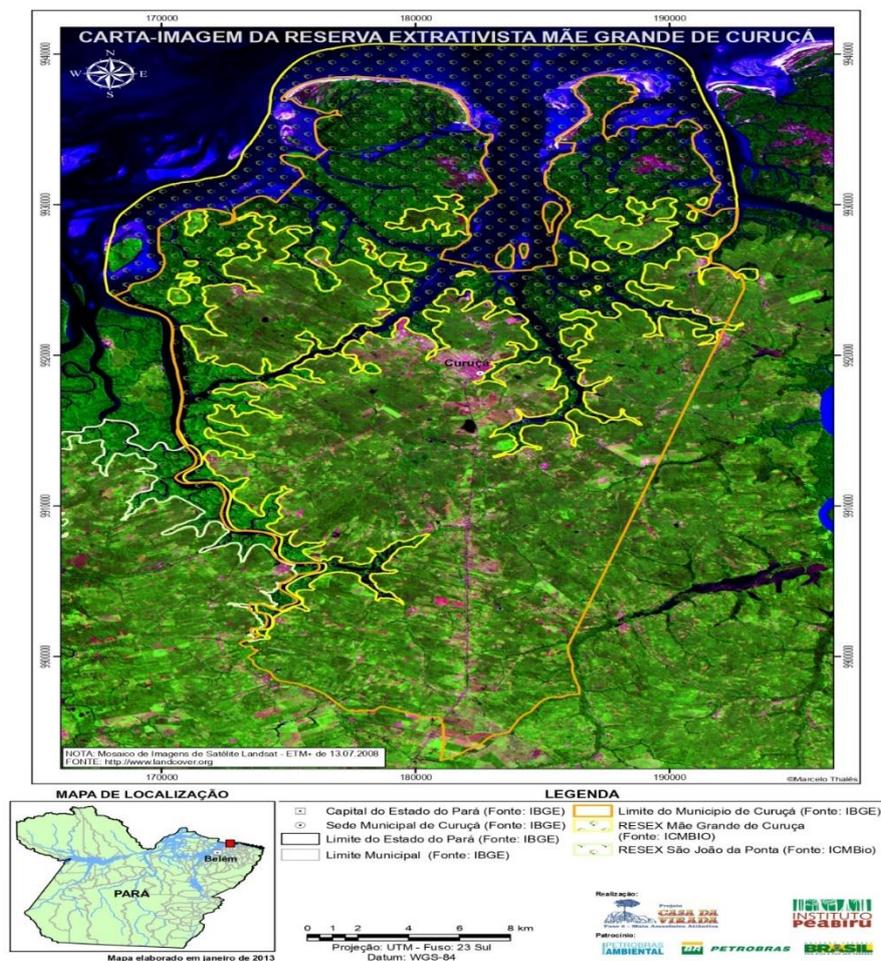
Por fim, a pesquisa se fundamentou na análise e interpretação dos resultados (ordenação e classificação dos dados e análise propriamente dita), na compreensão da relação entre a gestão ambiental e a possibilidade do desenvolvimento do turismo na comunidade da vila de Mutucal. Portanto, todas as etapas da pesquisa se correlacionaram, tendo como finalidade a síntese dos resultados encontrados para se atingir o objetivo da presente pesquisa.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 RESEX MARINHA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

A RESEX Marinha Mãe Grande está localizada no município de Curuçá, pertencente à Mesorregião do Nordeste Paraense e Microrregião do Salgado (FIGUEIREDO, 2007). Ela foi criada em 13 de dezembro de 2002 com uma área de aproximadamente de 37 mil hectares de estuário, legalmente constituída e povoada por 52 comunidades tradicionais de pescadores e agricultores. Esta UC faz parte da categoria de uso sustentável, e tem como objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência (BRASIL, 2000). A figura 1 apresenta a localização e os limites da referida RESEX.

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO E LIMITES DA RESEX MARINHA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ



FONTE: Instituto Peabiru (2014).

A criação da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá foi motivada pela preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, principalmente com o ecossistema de mangue, que predomina na região, o qual precisava ser resguardado e conservado, freando sua deterioração. Segundo os moradores da comunidade essa degradação advinha da carcinicultura (técnica de criação de camarões em viveiros). De acordo com as narrativas, um dos primeiros projetos implantados na região referente essa atividade se tratava de um laboratório de criação de larvas de camarão da Malásia. É importante ressaltar que o laboratório foi desativado, porém alguns espécimes desse crustáceo (considerado predador) acabaram escapando para o estuário, isso acabou causando certo desequilíbrio na época (Pesquisa de Campo, 2017). A partir de então, diversos atores sociais como associações, sindicatos, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), entre outros, mobilizaram-se para debater essas questões. Após todas as discussões, nos anos de 1999 a 2001 foi feito o estudo de viabilidade que direcionou para criação da RESEX em dezembro de 2002, levando em consideração todo o contexto local (FALCÃO, 2013).

Quanto à gestão da RESEX, seu conselho deliberativo foi criado em 23 de novembro de 2005, sendo composto por representantes da sociedade civil local, órgãos públicos, instituições federais de ensino e pesquisa, associações comunitárias da RESEX, com destaque para a Associação dos Usuários da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá (AREUMAG) representante de todos os usuários desta UC, entre outros, totalizando 27 membros. Sobre o Plano de Manejo, ele ainda se encontra em processo de elaboração, sendo utilizado apenas o Plano de Utilização, que entrou em vigor em 21 outubro de 2005, elaborado pelos usuários da RESEX e aprovado pelo órgão ambiental competente. Desse modo, esse é o instrumento formal que vem norteando todas as ações, decisões e a forma mais adequada de manejar os recursos naturais lá existentes.

6.2 COMUNIDADE DA VILA DE MUTUCAL

A comunidade da Vila de Mutucal faz parte da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, estando situada na Ilha de Fora, junto com as comunidades de Iririteua, Pedras Grandes, Algodozinho, Recreio e Arapiranga de Fora, que compõem as comunidades dessa ilha. O acesso à comunidade se dá pelo distrito de Abade, de onde se faz uma

travessia de barco até a comunidade de Pedras Grandes e, de lá, percorre-se 7 km de estrada até chegar à Vila de Mutucal (Pesquisa de Campo, 2017).

Conforme informações das lideranças comunitárias, estima-se que haja em torno de 300 famílias morando na comunidade, com um total de aproximadamente 1000 habitantes, pois, ao longo dos anos, Mutucal veio demonstrando aumento significativo de sua população, principalmente de pessoas que vieram de outros municípios para morar na localidade. Esse crescimento populacional é resultando, principalmente pelo acesso aos lotes de terra. Foi identificado na pesquisa com os moradores, que é fácil conseguir comprar esses terrenos ou mesmo tomar posse de lotes de terra sem ter comprado, isso facilita inclusive a vinda de outra parte da família para a comunidade.

Conforme as entrevistas realizadas na comunidade, percebeu-se que a renda familiar varia até um salário mínimo. Com base nos relatos de alguns moradores, a maioria vive da agricultura de subsistência que consiste na produção de farinha de mandioca, no cultivo de milho e arroz, além da pesca artesanal, que se destaca como uma das principais atividades da vila, além da coleta de caranguejo e camarão.

Em relação à atividade da pesca, a comunidade ainda não criou uma cooperativa para comercializar seus produtos, especialmente o pescado. Segundo os moradores, muitos compradores de peixes conhecidos por lá como “marreteiros”⁴. Esses marreteiros compram o peixe por um valor insignificante e revendem por um preço muito significativo. Logo, se percebe uma comercialização pouco benéfica para a comunidade, já que o lucro maior não fica para os comunitários.

Notou-se, durante a pesquisa, que não há coleta de lixo na comunidade e, desse modo, cada família fica responsável por seu lixo (Figura 2). A maioria queima-o no quintal de suas residências. No entanto, algumas pessoas reclamaram que alguns moradores jogam o lixo bem próximo ao manguezal, o que tem preocupado a comunidade. Sobre os impactos ambientais, o lixo foi o principal problema pontuado pelos moradores, seguido do desmatamento que acontece em grande parte em torno da Reserva, além do aumento desordenado da população. Conforme as falas de alguns moradores, o desflorestamento é de ação de alguns moradores da própria comunidade. Entretanto, ao observar as narrativas constatou-se que outra parte da população acaba

⁴ São pessoas de fora da comunidade que compram o peixe para revender, isso ocorre durante a safra do peixe

atuando como fiscalizadora, já que essa fiscalização que deveria ser de responsabilidade dos órgãos competentes não é contínua e nem eficiente.

FIGURA 2: LIXO DESPEJADO PRÓXIMO AO MANGUEZAL.



FONTE: Trindade (2017)

Conforme informações de um morador da comunidade de Mutucal, essa pressão em relação aos recursos naturais tem sido muito forte, pois com o aumento da população, as áreas desmatadas para fazer roças têm sido maiores e a derrubada de árvores para tirar madeiras para as construções de currais para pesca artesanal tem aumentado consideravelmente. Percebeu-se que uma parte da comunidade tem observado essas mudanças, como o desmatamento, por exemplo, embora ainda não seja tão intenso e constante na localidade.

Diante desses entraves, procurou-se compreender, junto ao gestor responsável pela UC, o porquê dos problemas na comunidade, assim como saber como se encontrava o andamento do Plano de Manejo e o planejamento adotado para RESEX. Mas não foi possível, pois até o fechamento deste trabalho não houve retorno do gestor sobre esses questionamentos.

A vila de Mutucal, por outro lado, possui um ecossistema de mangue, além da vegetação de terra firme e uma pequena área de vegetação de várzea. Dentro da vila há alguns igarapés de água doce e há uma praia nas proximidades, conhecida como praia do rato, cujo acesso a ela é feito de barco, partindo do trapiche de Mutucal. Próximo a essa

praia tem um ninhal de pássaros de diferentes espécies, local ainda preservado, formando uma paisagem natural (Figura 3).

FIGURA 3: PRAIA DO RATO.



FONTE: Trindade (2017)

Segundo os moradores da comunidade, há um sentimento de pertencimento ao lugar onde vivem e eles reconhecem a beleza da paisagem. Ao serem perguntados sobre a paisagem local, a maioria destacou a beleza do lugar: “É bonita demais, nosso orgulho!” ou “Já foram mais bonitas e mais preservadas”. Alguns moradores apontaram que algumas áreas da comunidade já não estão mais preservadas como antigamente. A partir da fala dos moradores, observaram-se algumas preocupações em relação aos recursos naturais.

Todavia, quando se perguntou aos moradores sobre o que entendiam sobre a atividade turística, a maioria relatou que a vila tem um grande potencial turístico, porém ainda não há uma estrutura para que essa atividade aconteça. Percebe-se o interesse da possibilidade de desenvolvimento do turismo pela comunidade, no entanto, a falta de estrutura impossibilita seu desenvolvimento.

Entretanto, já ocorreram experiências de turismo na RESEX Marinha Mãe grande de Curuçá. De acordo com Falcão (2013) houve, na RESEX, a atuação de alguns grupos sociais organizados, como o Instituto Peabiru, que através do projeto “Casa da Virada”, que promoveu oficinas sobre educação ambiental e sobre o ecoturismo de Base Comunitária visando estimular esse segmento na área da RESEX entre os moradores locais. Entretanto, o referido instituto encontra-se encerrado, devido a vários problemas

internos que implicaram no desligamento de alguns membros do grupo (PEREIRA, 2017).

Diante dessas questões, percebe-se que o processo deve envolver a participação, autonomia e a condução pela comunidade, contribuindo para fortalecimento dos comunitários na superação dos problemas locais, principalmente, no que diz respeito à conservação dos recursos naturais e culturais. Ou seja, o turismo em comunidades deve ser realizado de maneira associada, levando em consideração premissas essenciais como: participação, autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, fortalecimento do capital social, autoidentificação e com base na economia solidária (PEREIRA, 2017). O ponto crucial é pensar que enquanto o turismo comunitário potencializa os modos de vida tradicionais, ele oportuniza modos de produção artesanais e, ao mesmo tempo, favorece condições para a cooperação e solidariedade entre as comunidades.

Portanto, foi possível verificar que o turismo na RESEX tem condições de se tornar uma experiência favorável à comunidade, a partir de caminhos voltados às práticas de sustentabilidade, em razão da dinâmica que a localidade apresenta, não apenas pelas diversas potencialidades turísticas, mas também pela proximidade de uso dos recursos naturais. Isto é, o turismo atrelado a uma gestão do meio ambiente tem muito a contribuir tanto para o fortalecimento social, cultural e econômico da comunidade, quanto para a melhoria da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, em especial na Vila de Mutucal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a relação entre a gestão ambiental e a possibilidade de desenvolvimento do turismo, considerando a interação entre comunidade local e o meio ambiente como importante fator para a proteção dos recursos naturais.

A partir da pesquisa de campo, notou-se que a comunidade local vem observando uma mudança constante na manutenção dos recursos naturais, principalmente dentro da Vila de Mutucal, pelo processo de crescimento populacional significativo, comparada às outras comunidades, além dos impactos e pressões sobre o meio ambiente. Entretanto, percebeu-se que grande parte da comunidade reconhece a importância dos recursos naturais, principalmente pela vivência cotidiana junto aos elementos da natureza como -

o solo, a floresta, a água e etc. - o que gera um sentimento de pertencimento e valorização da paisagem local.

Dessa forma, a RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá apresenta um potencial turístico significativo, percebendo-se, a partir dos atrativos naturais, o interesse da comunidade em desenvolver atividades turísticas na região. Porém, a comunidade da Vila de Mutucal ainda carece de infraestrutura e uma gestão participativa entre os agentes protetores da RESEX.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de elaborar um projeto para discutir um tipo de turismo que poderia ser desenvolvido pela comunidade. Como proposição seria interessante desenvolver o Turismo de Base Comunitária (TBC), já que esse modelo é capaz de promover uma maior interação entre comunidade e visitante, uma maior proximidade e reciprocidade com a cultura e o modo de vida local, podendo ser uma atividade complementar, e trazer uma melhor qualidade de vida para os moradores. Espera-se que o estudo possa contribuir com futuros trabalhos acadêmicos, assim como consiga servir de inspiração, por meio dos dados coletados, para novas produções científicas nos estudos sobre Turismo e Gestão Ambiental, especialmente nas Reservas Extrativistas de Marinha.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais**: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. 2002. 826 f.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: MMA, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Áreas Protegidas da Amazônia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre a regulamentação do art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). **Gestão participativa em unidades de conservação**. Disponível em <<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 25/11/2016.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS. 2008, Brasília, **Anais ...** 2008.

CUNHA, L. H; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T (Orgs.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

FALCÃO, L. B. **Turismo em RESEX: Perspectiva de desenvolvimento, participação social e políticas públicas na RESEX de Soure de Curuçá**. 131 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FIGUEIREDO, E. M. **Uma estrada na reserva: Impactos sócio-ambientais da PA 136 em Mãe Grande, Curuçá (PA)**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará/Museu Paraense Emilio Goeldi/Embrapa, Belém, 2007.

FLORIANO, E. P. **Políticas de Gestão Ambiental**. 3. ed. Santa Maria: UFSM-DSF, 2007.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G., SILVA, M., DINIZ, N. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Perseu Ábramo, 2001.

INSTITUTO PEABIRU. Belém, 2014. Disponível em:< <https://peabiru.org.br/>> Acesso em: 08 mai. 2020.

KIRST, P. **Fotográfico e subjetivação: hibridização, multiplicidade e diferença**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. (2.ed.). São Paulo: Hucitec/ Abrasco, 1993.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A. Ecoturismo: encontros e desencontros na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (AC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 3, p.738-757, ago./out. 2013.

NEIMAN, Z.; PATRÍCIO, R. F. Ecoturismo e conservação dos recursos naturais. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. (Org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, São Paulo: Manole, 2010. p. 84-104.

POLES, G.; RABINOVICI, A. O Ambientalismo, o Turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010.

PEREIRA, P. V. V.; BAHIA, M. C. Possibilidades e Desafios do Turismo de Base Comunitária: Arranjo Socioprodutivo como Perspectiva de Desenvolvimento Local em Curuçá/PA. In: MERCÊS, S. S. S.; GONÇALVES, M. V. (Orgs.). **Recursos naturais, sociedade e economia política na Amazônia contemporânea**. Belém: NAEA, 2017, v. 4, p. 192-208.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2. ed. Brasília: IBAMA, 2006.

RIBAS, L.C.C.; ZUCULOTO, J.R.M. **Os extrativistas da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé (Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)** – visões endógenas sobre a reserva e o turismo local. *Turismo e Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 391-422, 2012.

RODRIGUEZ, J. M. M. **Planejamento e gestão ambiental: Subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

RUSCHMANN, D.V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997, p.127-138.

TRINDADE, L. das N. **Reserva extrativista (RESEX) Marinha Mãe Grande de Curuçá: gestão ambiental e possibilidade de turismo na comunidade da Vila de Mutucal**. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Manole, 2001.

Recebido em: 27-09-2019.
Aprovado em: 22-05-2020.